



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

PROCESSO Nº: 5866/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 015/2026	Data de Abertura: 29/06/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br		
Unidade Contratante:	Secretaria Municipal do Ambiente e Saneamento - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ		
Objeto:			
Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS CIRÚRGICOS E INSUMOS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO AMBIENTE E SANEAMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARRÁIAL DO CABO – RJ. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, pelo critério de julgamento menor preço. Regime de Execução Menor Preço por item.			
Valor estimado:			
R\$ 1.027.394,52 (Um milhão, vinte e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	Não	Aberto	MENOR PREÇO
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Sim	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 0,01 (um centavo)			
Pregoeiro			
Sr. Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez, Portaria nº 3.067 de 03 de fevereiro de 2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS CIRÚRGICOS E INSUMOS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO AMBIENTE E SANEAMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO - RJ.** A modalidade licitatória será **Pregão Eletrônico**, utilizando do **Sistema de Registro de Preços**. se trata da contratação de serviços comuns continuados, pelo critério de julgamento **menor preço**. Pelo Regime de Execução **menor preço por item**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas no presente Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.2. Havendo qualquer discordância quanto às especificações deste Edital e ao Termo de Referência, **prevalecerá a do Termo de Referência**.

1.4 A licitação será formada por mais de um item, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para os itens conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	250	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML - SOL INJ VD TRANS X 5 ML	R\$ 4,48	R\$ 1.120,00
02	25200	AMPOLA	EPINEFRINA 1 MG/ML - SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	R\$ 2,33	R\$ 58.716,00
03	126	UNIDADE	AFASTADOR FARABEUF 10 X 120MM	R\$ 44,24	R\$ 5.574,24
04	128	FRASCO	ÁGUA OXIGENADA 10 VL - 1 L	R\$ 16,90	R\$ 2.163,20
05	1300	AMPOLA	ÁGUA PARA INJEÇÃO - SOL INJ AMP PLAS TRASN X 10 ML	R\$ 0,59	R\$ 767,00
06	154	FRASCO	ÁLCOOL 70% - FRASCO 1L	R\$ 21,00	R\$ 3.234,00
07	156	UNIDADE	ALGODÃO ORTOPEDICO - 12 CM X 1,8 M	R\$ 3,97	R\$ 619,32
08	7850	COMPRIMIDO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 250 MG - USO VET.	R\$ 5,50	R\$ 43.175,00
09	7560	COMPRIMIDO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 50 MG - USO VET.	R\$ 5,50	R\$ 41.580,00
10	303	PACOTE	ATADURA DE CREPOM 10 CM X 1,8M C/12	R\$ R\$ 37,47	R\$ 11.353,41

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

11	303	PACOTE	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,8M C/12	R\$ 61,47	R\$ 18.625,41
12	600	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ML - SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	R\$ 1,53	R\$ 918,00
13	630	UNIDADE	AVENTAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL - USO HOSPITALAR, MANGA LONGA, TNT 40G/M²	R\$ 16,06	R\$ 10.117,80
14	6	UNIDADE	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE SIMPLES 500 ML	R\$ 67,15	R\$ 402,90
15	2	PACOTE	BORRACHAS IDENTIFICAÇÃO INSTRUMENTOS - MARCADOR INSTRUMENTAL SILICONE C/ 100 UNIDADES	R\$ 42,60	R\$ 85,80
16	1	UNIDADE	CAMBÃO DE AÇO RETRÁTIL VETERINÁRIO - CÃES E GATOS	R\$ 136,60	R\$ 136,60
17	11	UNIDADE	CABO PARA BISTURI Nº 4	R\$ 40,18	R\$ 441,98
18	126	UNIDADE/ SACHÊ	ADSORVENTE DE TOXINAS E VENENOS PRESENTES NO TRATO GASTRINTESTINAL - 8G	R\$ 18,15	R\$ 2.286,90
19	1313	UNIDADE	CATÉTER ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 22 EM POLIURETANO, AGULHA DE AÇO GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA – USO ÚNICO E ESTERILIZADO	R\$ 16,01	R\$ 21.021,13
20	1313	UNIDADE	CATETER ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 24 EM POLIURETANO, AGULHA DE AÇO GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA - USO ÚNICO E ESTERILIZADO	R\$ 14,23	R\$ 18.683,99
21	65	FRASCO	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2% - SOLUÇÃO 1 L	R\$ 35,06	R\$ 2.278,90
22	127	FRASCO/ AMPOLA	CLORIDRATO DE CETAMINA 10% - SOL. INJETÁVEL 50 ML - USO VET.	R\$ 136,88	R\$ 17.383,76
23	150	AMPOLA	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML - SOL INJ VD AMB X 2 ML	R\$ 2,84	R\$ 426,00
24	630	AMPOLA	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML - SOL INJ AMP VD TRANS 2,0 ML - I.V /I.M	R\$ 1,35	R\$ 850,50

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

25	127	FRASCO/ AMPOLA	CLORIDRATO DE XILAZINA 2% - SOL. INJETAVEL - 50 ML – USO VET.	R\$ 94,60	R\$ 12.014,20
26	65	UNIDADE / BISNAGA	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G – POMADA 30G	R\$ 43,44	R\$ 2.823,60
27	126	PACOTE	COMPRESSA CIRÚRGICA NÃO ESTÉRIL C/ CAMPO OPERATORIO 23CM X 25 CM - 8G C/50 UNIDADES	R\$ 52,90	R\$ 6.665,40
28	127	PACOTE	COMPRESSA GAZE 7,5 CM X 7,5 CM- 9 FIOS C/500 UNIDADES	R\$ 35,98	R\$ 4.569,46
29	285	UNIDADE	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE CONTAMINADO - 7L	R\$ 22,85	R\$ 6.512,25
30	52	FRASCO/AMP OLA	DEXAMETASONA 2 MG/ML - SOL. INJETÁVEL 50 ML – USO VET.	R\$ 17,85	R\$ 928,20
31	1250	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML - SOL INJ IV/IM AMP VD AMB X 2 ML	R\$ 0,75	R\$ 937,50
32	1500	AMPOLA	DIPIRONA 500 MG/ML - SOL INJ IV/IM AMP VD AMB X 2 ML	R\$ 0,74	R\$ 1.110,00
33	10130	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 1000 MG	R\$ 1,57	R\$ 15.904,10
34	10080	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	R\$ 0,81	R\$ 8.164,80
35	32052	COMPRIMIDO	DOXICICLINA 200 MG - USO VETERINÁRIO	R\$2,34	R\$ 75.001,68
36	37044	COMPRIMIDO	DOXICICLINA 50 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 1,44	R\$ 53.343,36
37	16	COMPRIMIDO	FEBANTEL 525 MG + PRAZIQUANTEL 125 MG + PAMOATO DE PIRANTEL 504 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 41,52	R\$ 664,32
38	25	FRASCO/AMP OLA	ENROFLOXACINA 10% - SOL. INJETÁVEL 50 ML - USO VET.	R\$ 15,63	R\$ 390,75
39	26460	COMPRIMIDO	ENROFLOXACINA 150 MG - USO VET.	R\$ 1,62	R\$ 42.865,20
40	26460	COMPRIMIDO	ENROFLOXACINA 50 MG - USO VET.	R\$ 0,81	R\$ 21.432,60
41	126	UNIDADE	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE	R\$ 21,05	R\$ 2.652,30
42	315	CAIXA	FIO NYLON MONOFILAMENTAR “0 “DE DIÂMETRO E 45CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA SC-20 30MM, 3/8 CÍRCULO	R\$ 193,83	R\$ 61.056,45

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

			TRIÂNGULAR - CAIXA C/24		
43	315	CAIXA	FIO NYLON PRETO MONOFILAMENTAR “2-0” DE DIÂMETRO E 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA SC- 30 30MM, 3/8 CÍRCULO TRIÂNGULAR - CAIXA C/24	R\$ 146,01	R\$ 45.993,15
44	63	CAIXA	FIO POLIGLACTINA TRANCADA 910 COM TRICLOSAN ANTIBACTERIAL “1-0” DE DIÂMETRO E 70 CM DE COMPRIMENTO- CAIXA C/24	R\$ 217,56	R\$ 13.706,28
45	63	CAIXA	FIO POLIGLACTINA TRANCADA 910 COM TRICLOSAN ANTIBACTERIAL “2-0” DE DIÂMETRO E 70 CM DE COMPRIMENTO - CAIXA C/36	R\$ 460,45	R\$ 29.008,35
46	50	ROLO	FITA PARA AUTOCLAVE - 19 MM X 30 M	R\$ 16,75	R\$ 837,50
47	1	UNIDADE	FOCO CIRÚRGICO DE TETO VETERINÁRIO COM 12 LEDS – BICOLOR OU SIMILAR	R\$ 3.607,71	R\$ 3.607,71
48	11	UNIDADE	GANCHO PARA CASTRAÇÃO - COM ESFERA TAMANHO P	R\$ 67,64	R\$ 744,04
49	11	UNIDADE	GANCHO PARA CASTRAÇÃO - COM ESFERA TAMANHO M	R\$ 112,61	R\$ 1.238,71
50	27	FRASCO/ AMPOLA	IOIMBINA, CLORIDRATO 1% - SOL. INJETAVEL 50ML - USO VET.	R\$ 125,84	R\$ 3.397,68
51	253	CAIXA	LÂMINA DE BARBEAR DESCARTÁVEL - C/5 UNIDADES	R\$ 25,89	R\$ 6.550,17
52	16	UNIDADE	LÂMINA DE TOSA 40 - AÇO INOX - 0,25 MM	R\$ 286,87	R\$ 4.589,92
53	38	CAIXA	LÂMINA ESTERIL PARA BISTURI Nº 24 - CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA A RAIOS GAMA - CAIXA C/100	R\$ 120,39	R\$ 4.574,82
54	17	FRASCO	SOLUÇÃO PARA LIMPEZA DE OUVIDOS DE CÃES E GATOS - 100ML	R\$ 30,50	R\$ 518,50
55	3150	UNIDADE	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 - CONFECCIONADA EM LÁTEX	R\$ 11,79	R\$ 37.138,50
56	120	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M - CAIXA C/100 UNIDADES	R\$ 23,63	R\$ 2.835,60

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

57	3	UNIDADE	MÁQUINA DE TOSAR - 30 W BIVOLT	R\$ 1.374,96	R\$ 4.124,88
58	34	CAIXA	MÁSCARA DESCARTÁVEL - CAIXA C/100	R\$ 36,18	R\$ 1.230,12
59	72	FRASCO/ AMPOLA	MELOXICAM 0,2% - SOL. INJETÁVEL 20 ML - USO VET.	R\$ 85,28	R\$ 6.140,16
60	3150	COMPRIMIDO	MELOXICAM 0,5 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 1,61	R\$ 5.071,50
61	3320	COMPRIMIDO	MELOXICAM 2 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 2,37	R\$ 7.868,40
62	630	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML - SOL INJ IM/IV/RET AMP VD X 3 ML	R\$ 3,00	R\$ 1.890,00
63	88	CAIXA	MILBEMICINA OXIMA 12,5 MG + PRAZIQUANTEL 125 MG - CAIXA C/2	R\$ 95,89	R\$ 8.438,32
64	378	COMPRIMIDO	NITENPIRAM 11,4 MG – USO VETERINÁRIO	R\$ 124,74	R\$ 47.151,72
65	378	COMPRIMIDO	NITENPIRAM 57 MG – USO VETERINÁRIO	R\$ 11,00	R\$ 4.158,00
66	3	FRASCO	SOLUÇÃO OTOLÓGICA 14ML - GENTAMICINA, SULF. 300 MG + TIABENDAOL 4000 MG + BETAMETASONA, VALERATO 95 MG + CL. LIDOCAINA 2000 MG	R\$ 96,73	R\$ 290,19
67	202	FRASCO	PENTABIÓTICO 2.400.000 UI - USO VETERINÁRIO	R\$ 40,87	R\$ 8.255,74
68	11	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA FORMATO DENTE DE RATO 12 CM – AÇO INOX	R\$ 42,70	R\$ 469,70
69	11	UNIDADE	PINÇA HALSTED MOSQUITO CURVA - 12 CM	R\$ 68,28	R\$ 751,08
70	11	UNIDADE	PINÇA HALSTED MOSQUITO RETA - 12 CM	R\$ 68,53	R\$ 753,83
71	33	UNIDADE	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA - 16 CM	R\$ 77,51	R\$ 2.557,83
72	11	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR - 16 CM	R\$ 109,50	R\$ 1.204,50
73	44	UNIDADE	PROBIÓTICO BISNAGA PARA CÃES E GATOS, 14G - USO VET.	R\$ 46,40	R\$ 2.041,60
74	25280	COMPRIMIDO	PREDNISOLONA 20 MG	R\$ 1,30	R\$ 32.864,00
75	1260	COMPRIMIDO	PREDNISOLONA 5MG	R\$ 0,73	R\$ 919,80

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

76	13	CAIXA	SAPATILHA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL - CAIXA C/100	R\$ 17,99	R\$ 233,87
77	13	ROLO	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO - 20 CM X 100 M	R\$ 290,25	R\$ 3.773,25
78	13	CAIXA	SACO DE LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 20 L - CAIXA C/100	R\$ 113,23	R\$ 1.471,99
79	13	CAIXA	SACO DE LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 50 L - CAIXA C/100	R\$ 59,06	R\$ 767,78
80	5000	UNIDADE	SCALP 23G - DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA	R\$ 0,78	R\$3.900,00
81	6400	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL GRADUADA 3 ML COM AGULHA - 25 MM X 0,7 MM - COM ROSCA	R\$ 0,32	R\$ 2.048,00
82	2600	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL GRADUADA 5 ML COM AGULHA - 25 MM X 0,7 MM - COM ROSCA	R\$ 0,33	R\$ 858,00
83	2500	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML - LUER LOCK, CAPACIDADE DE 1ML	R\$ 0,58	R\$ 1.450,00
84	200	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML - LUER LOCK, CAPACIDADE DE 20ML	R\$ 0,64	R\$ 128,00
85	88	COMPRIMIDO	SAROLANER 80 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 99,68	R\$ 8.771,84
86	2525	BOLSA/ FRASCO	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 500 ML, SIST. FECHADO P/ INJETÁVEIS	R\$ 15,72	R\$ 39.693,00
87	11	UNIDADE	TESOURA CIRÚRGICA RETA FINA/ROMBA - 15 CM	R\$ 64,46	R\$ 709,06
88	11	UNIDADE	TESOURA CIRÚRGICA RETA ROMBA - 15 CM	R\$ 51,64	R\$ 566,06
89	630	UNIDADE	LENÇOL DESCARTÁVEL EM TNT - (NÃO TECIDO), COM ELÁSTICO, PARA USO EM MACA CLÍNICA, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 2,00 X 0,90M	R\$ 6,76	R\$ 4.258,80
90	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 10 MM (COM CUFF)	R\$ 20,62	R\$ 329,92
91	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0 MM (SEM CUFF)	R\$ 28,96	R\$ 463,36

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

92	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
93	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
94	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
95	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
96	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
97	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
98	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 9,0 MM (COM CUFF)	R\$ 51,25	R\$ 820,00
99	632	FRSCO	ÓXIDO DE ZINCO 1G + ÁCIDO CRESÍLICO 2G - 50G	R\$ 23,40	R\$ 14.788,80
100	7	UNIDADE	VACINA INATIVADA CONTRA RAIVA – ANTIRRÁBICA – USO VET.	R\$ 12,00	R\$ 84,00
101	7	UNIDADE	VACINA CONTRA TOSSE - EXTRATO ANTIGÊNICO INATIVADO DA BACTÉRIA BORDETELLA BRONCHISEPTICA - USO VET.	R\$ 97,16	R\$ 680,12
102	7	UNIDADE	VACINA V10 - VIRAL - USO VET.	R\$ 57,80	R\$ 404,60
103	378	FRASCO/ AMPOLA	VINCRISTINA - SULFATO IMG/ML - SOL. INJ 1 ML	R\$ 181,20	R\$ 68.493,60
<p align="center">VALOR TOTAL: R\$ 1.027.394,52</p> <p align="center">(Um milhão, vinte e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos).</p>					

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar desta Licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no www.licitanet.com.br.

2.1.1 O procedimento será divulgado no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.5.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.5.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.5.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.6 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6 A vedação de que trata o item 2.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.8. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

2.8.1. as empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;

2.8.2. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.8.3. o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato, nos termos do compromisso firmado conforme item 2.8.1;

2.8.4. as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

2.8.5. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.6 está ciente da obrigação de cumprimento de cota de aprendiz, na forma dos artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, e da necessidade de comprovar o cumprimento dessa exigência, por meio de certidão, no momento de assinatura do contrato;

3.3.7 não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5 A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3.3 e 3.3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2026, mesmo que microempresa ou



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1.A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 Valor unitário e total do item.

4.2.2 Quantidade.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste Edital.

5.6 O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (Um centavo)**.

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

5.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.9.4 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.5 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.9.6 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.7 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

5.16.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.17.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.17.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.17.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.17.2.2 Empresas brasileiras.

5.17.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.17.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

5.18.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.21 A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

5.22 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.22.1 contiver vícios insanáveis;

5.22.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.22.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.22.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.22.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.23 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

5.24 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

5.25 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

5.25.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.25.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.26 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.27 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.28 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

5.29 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.30 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.31 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

6.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

6.1.3 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>.

6.1.4 Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

6.1.5 Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

6.1.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

6.1.7 Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

6.1.8 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações da consolidação respectiva.

6.1.10 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

6.1.11 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

6.1.12 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

6.1.13 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.1.14 Prova de regularidade fiscal perante a fazenda nacional, mediante apresentação e certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.1.15 Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.16 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.17 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

6.1.18 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova da inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

6.1.19 Para fins de comprovação da qualidade econômico-financeira, deverá o licitante apresentar, o(s) seguinte(s) documento(s):

6.1.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

6.1.21 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

6.1.22 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

6.1.23 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

6.1.24 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.1.25 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de uma pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

6.1.26 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

6.1.27 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado do item pertinente.

6.1.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

6.1.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.2 Para fins de qualificação técnica:

6.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.2.2 O licitante deverá atestar, por meio da declaração, o cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiências caso se encaixe nos quantitativos dispostos no art. 93 da Lei nº 8.213/91.

6.2.3 Outros documentos eventualmente necessários à qualificação técnica estão indicados ao longo do Edital e seus anexos.

6.2.4 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.2.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.2.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.3 Será admitida a seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Pública Estadual;
- b) Certidão Negativa de Tributos referentes à Dívida Ativa Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d) Certidão Negativa de Inidoneidade do CEIS e CNEP;
- e) Declaração de que Não Contrata Menor de Idade, salvo na condição de aprendiz, conforme art. 7º, inciso XXXIII da CRFB;
- f) Declaração de Reserva de Cargos prevista na Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, na forma do artigo 116 da Lei Federal 14.133/2021;
- g) Certificado de Registro Cadastral no SICAF.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

7.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

7.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do portal do LICITANET e por e-mail no endereço: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

7.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

7.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.7 Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.8 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

7.9 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional compras.licitacao@arraial.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

7.9.1. da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.9.2 partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

7.9. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

7.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.11 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. Em sendo o caso, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.2. A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21, e será subscrita pela autoridade competente.

9.3. Será registrado o menor preço por item.

9.4. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.5. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

9.7. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

9.8. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

9.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.10. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.11. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.12. O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

a) serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

b) será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

d) a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.13. O registro a que se refere a alínea 'b' do Item 9.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

9.14. Se houver mais de um licitante que tenham ofertado o mesmo lance, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

9.15. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada no momento da sessão da licitação e confirmada por ocasião de sua primeira contratação.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

9.16 INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

9.16.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.16.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.16.2. O descumprimento, por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Arraial do Cabo/Fundo Municipal... o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.16.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE FORNECEDORA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, independentemente de outras penalidades.

9.16.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

9.16.5. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE FORNECEDORA às sanções administrativas pertinentes.

9.16.6. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Arraial do Cabo/Fundo Municipal de... poderá aplicar à PROMITENTE FORNECEDORA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

9.16.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.16.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.16.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.16.7.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.16.7.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.16.7.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.16.7.6 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de:

a) caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata;

b) por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

c) a pedido do fornecedor;

d) descumprir as condições da ata de registro de preços;

e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

Administração, sem justificativa aceitável;

f) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

g) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DA REVISÃO DE PREÇOS

9.17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite tendo como marco inicial a data do orçamento estimado da contratação.

9.17.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.17.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

9.17.5 Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

9.17.6 Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

9.17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.17.8 Reajuste será realizado mediante apostilamento nos termos legalmente previstos.

9.18. RECUSA DA CONTRATAÇÃO

9.18.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

- a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

9.19 DA VIGÊNCIA DA ATA

9.19.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.19.2. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

9.19.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA-E acumulado dos últimos 12 meses ou por índice que venha a substituí-lo, cabendo a Administração Municipal verificar a vantajosidade da prorrogação com o reajustamento dos valores;

9.20 – DA ADESÃO

9.20.1. Órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.20.2. As aquisições ou as contratações adicionais a não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

9.20.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o Item não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.20.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.20.5 . Não é admitida a adesão à ata de registros de preços para contratação eventual futura, devendo a Administração Municipal informar no momento de solicitação da autorização para adesão seus quantitativos e cronograma de execução pelo fornecedor;

9.20.6 . Fica permitido que entes administrativos de outros municípios façam a adesão de atas de registros de preços de órgãos ou entes da administração direta ou indireta do Município de Arraial do Cabo.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a fase recursal, os licitantes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual Cadastro de Reserva.

10.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do caput deste item não prejudicará o resultado do certame, inclusive quanto à ordem de classificação das propostas.

10.2. Homologada a licitação, deverão ser registrados na Ata de Registro de Preços, para fins de formação de Cadastro de Reserva:

10.2.1. os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação; e

10.2.2. os proponentes que mantiverem sua proposta original.

10.3. A ordem de classificação dos registrados na Ata deverá ser respeitada para as contratações,

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.4. A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes.

10.5. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso do item 11.5, bem como de cancelamento do registro do proponente ou dos preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 28 e nos arts. 29 e 31 do Decreto nº 48.843/2023 e na Ata de Registro de Preços.

11.1. Compete ao gerenciador, aos participantes, quando houver, e aos eventuais não-participantes

11. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

promover as ações necessárias para as suas próprias contratações com o fornecedor registrado, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

11.2. A Administração convocará o fornecedor registrado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como para demonstrar o atendimento às exigências deste Edital e do Termo de Referência que devam ser apresentadas no momento de assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 48.843/2023 e no Edital.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4. Na hipótese de o fornecedor registrado não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.5. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas na lei e neste Edital e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6. As consequências de que trata o item anterior não serão aplicadas ao integrante do Cadastro de Reserva que, quando convocado, se recusar a compor a Ata de Registro de Preços.

11.7. No momento da assinatura do Contrato, o adjudicatário apresentará certidão de cumprimento de cota de aprendiz, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de atendimento aos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.8. Caso o valor da contratação se enquadre no limite previsto na legislação vigente, o fornecedor registrado deverá demonstrar que mantém Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

11.8.1. Caso o fornecedor registrado ainda não tenha programa de integridade instituído, deverá



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato, na forma da legislação vigente.

12 - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

12.2 Considerando a natureza do objeto pretendido, consistente no Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos veterinários destinados ao atendimento clínico, cirúrgico, emergencial e profilático de cães e gatos em situação de vulnerabilidade, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos **do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021**.

12.2.1 A presente vedação decorre da necessidade de assegurar a rastreabilidade dos produtos, a manutenção da qualidade técnico-sanitária dos medicamentos e insumos fornecidos, a observância das exigências de armazenamento, transporte e controle de validade, bem como a responsabilização direta da contratada perante a Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e das normas aplicáveis à vigilância sanitária e ao atendimento veterinário.

12.2.2 Tal medida visa resguardar a segurança dos animais atendidos, a eficiência da execução contratual e o interesse público envolvido na prestação contínua e adequada dos serviços correlatos.

13. DA GARANTIA

13.1 Os itens deverão estar em conformidade com o Termo de Referência. Anexo I.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

14.2. O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

14.3. A fiscalização técnica será exercida nos termos previstos no Termo de Referência – Anexo I.

14.4. O objeto poderá ser alterado de acordo com o disposto no Art. 124, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 14.133/2021.

15. PRAZO CONTRATUAL

15.1. O prazo de início de sua vigência contará a partir de sua publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

15.2. O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

16. DO REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite tendo como marco inicial a data do orçamento estimado da contratação.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

16.3.2 Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

16.3.3 Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

16.3.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.3.5 Reajuste será realizado mediante apostilamento nos termos legalmente previstos.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2 Advertência;

17.2.1 Multa;

17.2.2 Impedimento de licitar e contratar;

17.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

17.2.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.2.5 A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.2.6 As peculiaridades do caso concreto;

17.2.7 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.2.8 Aos danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.2.9 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, desde que tal possibilidade já tenha sido objeto de regulamentação pelo Município de Arraial do Cabo;

17.2.10 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

17.2.11 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

17.2.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

17.2.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

17.2.14 Caberá recursos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida;

17.2.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.2.16 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, que pode ser cobrada no mesmo processo sancionatório.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.

18.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DE PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ANEXO I

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Arraial do Cabo, 15 de Junho de 2026.

Diogo dos Santos de Moraes

Secretário Municipal de Compras e Licitações



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Trate-se de Pregão que tem como objeto o Registro de Preços para a aquisição de medicamentos, materiais cirúrgicos e insumos para atendimentos de cães e gatos, destinados ao atendimento de demandas da Clínica de Castração promovida pela Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste de Termo de Referência.

1.2 Trata-se de aquisição através de Sistema de Registro de Preços, conforme art. 6º, X da Lei nº 14.133/21, que assim define:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XIII - bens e serviços comuns:
aqueles cujos padrões de
desempenho e qualidade podem ser
objetivamente definidos pelo edital,
por meio de especificações usuais de
mercado;*

ITEM	DESCRIÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS INTEGRADAS	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL ANUAL (com 5% de reserva técnica incluso)
1.	ÁCIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML - SOL INJ VD TRANS X 5 ML	AMPOLA	250
2.	EPINEFRINA 1 MG/ML - SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	AMPOLA	25200
3.	AFASTADOR FARABEUF 10 X 120MM	UND	126
4.	ÁGUA OXIGENADA 10 VL - 1 L	FRASCO	128



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

5.	ÁGUA PARA INJEÇÃO - SOL INJ AMP PLAS TRASN X 10 ML	AMPOLA	1300
6.	ÁLCOOL 70% - FRASCO 1L	FRASCO	154
7.	ALGODÃO ORTOPEDICO - 12 CM X 1,8 M	UND	156
8.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 250 MG - USO VET.	COMPRIMIDO	7850
9.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 50 MG - USO VET.	COMPRIMIDO	7560
10.	ATADURA DE CREPOM 10 CM X 1,8M C/12	PACOTE	303
11.	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,8M C/12	PACOTE	303
12.	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ML - SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	AMPOLA	600
13.	AVENTAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL - USO HOSPITALAR, MANGALONGA, TNT 40G/M²	UND	630
14.	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE SIMPLES 500 ML	UND	6
15.	BORRACHAS IDENTIFICAÇÃO INSTRUMENTOS - MARCADOR INSTRUMENTAL SILICONE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	2
16.	CAMBÃO DE AÇO RETRÁTIL VETERINÁRIO - CÃES E GATOS	UND	1
17.	CABO PARA BISTURI Nº 4	UND	11
18.	ADSORVENTE DE TOXINAS E VENENOS PRESENTES NO TRATO GASTROINTESTINAL - 8G	UND/SACHÊ	126
19.	CATÉTER ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 22 EM POLIURETANO, AGULHA DE AÇO GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA - USO ÚNICO E ESTERILIZADO	UND	1313
20.	CATETER ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 24 EM POLIURETANO, AGULHA DE AÇO GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA – USO ÚNICO E ESTERILIZADO	UND	1313
21.	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2% - SOLUÇÃO 1 L	FRASCO	65
22.	CLORIDRATO DE CETAMINA 10% - SOL. INJETÁVEL 50 ML - USO VET.	FRASCO/AMPOLA	127
23.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML - SOL INJ VD AMB X 2 ML	AMPOLA	150
24.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML - SOL INJ AMP VD TRANS 2,0 ML - I.V /I.M	AMPOLA	630
25.	CLORIDRATO DE XILAZINA 2% - SOL. INJETÁVEL - 50 ML – USO VET.	FRASCO/AMPOLA	127



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

26.	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G – POMADA 30G	UND/BISNAGA	65
27.	COMPRESSA CIRÚRGICA NÃO ESTÉRIL C/ CAMPO OPERATORIO 23 CM X 25 CM - 8G C/50 UNIDADES	PACOTE	126
28.	COMPRESSA GAZE 7,5 CM X 7,5 CM- 9 FIOS C/500 UNIDADES	PACOTE	127
29.	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE CONTAMINADO - 7L	UND	285
30.	DEXAMETASONA 2 MG/ML - SOL. INJETÁVEL 50 ML – USO VET.	FRASCO/AMPOLA	52
31.	DIAZEPAM 5 MG/ML - SOL INJ IV/IM AMP VD AMB X 2 ML	AMPOLA	1250
32.	DIPIRONA 500 MG/ML - SOL INJ IV/IM AMP VD AMB X 2 ML	AMPOLA	1500
33.	DIPIRONA SÓDICA 1000 MG	COMPRIMIDO	10130
34.	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	COMPRIMIDO	10080
35.	DOXICICLINA 200 MG - USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	32052
36.	DOXICICLINA 50 MG - USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	37044
37.	FEBANTEL 525 MG + PRAZIQUANTEL 125 MG + PAMOATO DE PIRANTEL 504 MG - USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	16
38.	ENROFLOXACINA 10% - SOL. INJETÁVEL 50 ML - USO VET.	FRASCO/AMPOLA	25
39.	ENROFLOXACINA 150 MG - USO VET.	COMPRIMIDO	26460
40.	ENROFLOXACINA 50 MG - USO VET.	COMPRIMIDO	26460
41.	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE	UND	126
42.	FIO NYLON MONOFILAMENTAR “0 “DE DIÂMETRO E 45CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA SC-20 30MM, 3/8 CÍRCULO TRIÂNGULAR - CAIXA C/24	CAIXA	315
43.	FIO NYLON PRETO MONOFILAMENTAR “2-0” DE DIÂMETRO E 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA SC-30 30MM, 3/8 CÍRCULO TRIÂNGULAR - CAIXA C/24	CAIXA	315
44.	FIO POLIGLACTINA TRANCADA 910 COM TRICLOSAN ANTIBACTERIAL “1-0” DE DIÂMETRO E 70 CM DE COMPRIMENTO- CAIXA C/24	CAIXA	63
45.	FIO POLIGLACTINA TRANCADA 910 COM TRICLOSAN ANTIBACTERIAL “2-0” DE DIÂMETRO E 70 CM DE COMPRIMENTO - CAIXA C/36	CAIXA	63
46.	FITA PARA AUTOCLAVE - 19 MM X 30 M	ROLO	50



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

47.	FOCO CIRÚRGICO DE TETO VETERINÁRIO COM 12 LEDS – BICOLOR OU SIMILAR	UND	1
48.	GANCHO PARA CASTRAÇÃO - COM ESFERA TAMANHO P	UND	11
49.	GANCHO PARA CASTRAÇÃO - COM ESFERA TAMANHO M	UND	11
50.	IOIMBINA, CLORIDRATO 1% - SOL. INJETAVEL 50ML - USO VET.	FRASCO/AMPOLA	27
51.	LÂMINA DE BARBEAR DESCARTÁVEL - C/5 UNIDADES	CAIXA	253
52.	LÂMINA DE TOSA 40 - AÇO INOX - 0,25 MM	UND	16
53.	LÂMINA ESTERIL PARA BISTURI Nº 24 - CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA A RAIOS GAMA - CAIXA C/100	CAIXA	38
54.	SOLUÇÃO PARA LIMPEZA DE OUVIDOS DE CÃES E GATOS - 100ML	FRASCO	17
55.	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 - CONFECCIONADA EM LÁTEX	UND	3150
56.	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M - CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	120
57.	MÁQUINA DE TOSAR - 30 W BIVOLT	UND	3
58.	MÁSCARA DESCARTÁVEL - CAIXA C/100	CAIXA	34
59.	MELOXICAM 0,2% - SOL. INJETÁVEL 20 ML - USO VET.	FRASCO/AMPOLA	72
60.	MELOXICAM 0,5 MG - USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	3150
61.	MELOXICAM 2 MG - USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	3320
62.	MIDAZOLAM 5 MG/ML - SOL INJ IM/IV/RET AMP VD X 3 ML	AMPOLA	630
63.	MILBEMICINA OXIMA 12,5 MG + PRAZIQUANTEL 125 MG - CAIXA C/2	CAIXA	88
64.	NITENPIRAM 11,4 MG – USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	378
65.	NITENPIRAM 57 MG – USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	378
66.	SOLUÇÃO OTOLÓGICA 14ML - GENTAMICINA, SULF. 300 MG + TIABENDAOL 4000 MG + BETAMETASONA, VALERATO 95 MG + CL. LIDOCAINA 2000 MG	FRASCO	3
67.	PENTABIÓTICO 2.400.000 UI - USO VETERINÁRIO	FRASCO	202
68.	PINÇA ANATÔMICA FORMATO DENTE DE RATO 12 CM – AÇO INOX	UND	11
69.	PINÇA HALSTED MOSQUITO CURVA - 12 CM	UND	11
70.	PINÇA HALSTED MOSQUITO RETA - 12 CM	UND	11



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

71.	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA - 16 CM	UND	33
72.	PORTA AGULHA MAYO HEGAR - 16 CM	UND	11
73.	PROBIÓTICO BISNAGA PARA CÃES E GATOS, 14G - USO VET.	UND	44
74.	PREDNISOLONA 20 MG	COMPRIMIDO	25280
75.	PREDNISOLONA 5MG	COMPRIMIDO	1260
76.	SAPATILHA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL - CAIXA C/100	CAIXA	13
77.	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO - 20 CM X 100 M	ROLO	13
78.	SACO DE LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 20 L - CAIXA C/100	CAIXA	13
79.	SACO DE LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 50 L - CAIXA C/100	CAIXA	13
80.	SCALP 23G - DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA	UND	5000
81.	SERINGA DESCARTÁVEL GRADUADA 3 ML COM AGULHA - 25 MM X 0,7 MM - COM ROSCA	UND	6400
82.	SERINGA DESCARTÁVEL GRADUADA 5 ML COM AGULHA - 25 MM X 0,7 MM - COM ROSCA	UND	2600
83.	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML - LUER LOCK, CAPACIDADE DE 1ML	UND	2500
84.	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML - LUER LOCK, CAPACIDADE DE 20ML	UND	200
85.	SAROLANER 80 MG - USO VETERINÁRIO	COMPRIMIDO	88
86.	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 500 ML, SIST. FECHADO P/ INJETÁVEIS	BOLSA/FRASCO	2525
87.	TESOURA CIRÚRGICA RETA FINA/ROMBA - 15 CM	UND	11
88.	TESOURA CIRÚRGICA RETA ROMBA - 15 CM	UND	11
89.	LENÇOL DESCARTÁVEL EM TNT - (NÃO TECIDO), COM ELÁSTICO, PARA USO EM MACA CLÍNICA, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 2,00 X 0,90M	UND	630
90.	TUBO ENDOTRAQUEAL 10 MM (COM CUFF)	UND	16
91.	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0 MM (SEM CUFF)	UND	16
92.	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0 MM	UND	16



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

93.	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0 MM	UND	16
94.	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0 MM	UND	16
95.	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 MM	UND	16
96.	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0 MM	UND	16
97.	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0 MM	UND	16
98.	TUBO ENDOTRAQUEAL 9,0 MM (COM CUFF)	UND	16
99.	ÓXIDO DE ZINCO 1G + ÁCIDO CRESÍLICO 2G - 50G	FRASCO	632
100.	VACINA INATIVADA CONTRA RAIVA – ANTIRRÁBICA – USO VET.	UND	7
101.	VACINA CONTRA TOSSE - EXTRATO ANTIGÊNICO INATIVADO DA BACTÉRIA BORDETELLA BRONCHISEPTICA - USO VET.	UND	7
102.	VACINA V10 - VIRAL - USO VET.	UND	7
103.	VINCRISTINA - SULFATO 1MG/ML - SOL. INJ 1 ML	FRASCO/AMPOLA	378

Itens com a descrição “UND – Unidade(s)” referem-se, conforme a pesquisa de preço, a unidades individuais, enquanto “FRASCO”, “ROLO”, “SACHÊ”, “BOLSA” ou “AMPOLA” indicam apresentação conforme a natureza da medicação ou do item da planilha. Já a descrição “CAIXA” corresponde às quantidades especificadas para cada item, podendo ainda haver indicação por comprimido, com o quantitativo total apurado de forma global, sem detalhamento do número de caixas.

1.1 As quantidades acima a serem adquiridas foram definidas com base no planejamento fundamentação e descrição da necessidade de todas as Secretarias, sendo elas a Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Segurança Pública.

1.2 A Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, por meio da Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento, busca promover medidas voltadas à proteção, ao do bem-estar animal, à saúde pública e à sustentabilidade ambiental com reflexos diretos na saúde coletiva.

1.3 Nesse contexto, destaca-se a necessidade de analisar a viabilidade da futura contratação para atendimento contínuo e adequado das demandas relacionadas à saúde animal no âmbito das atribuições da Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento, incluindo ações preventivas, clínicas, cirúrgicas, medicamentos, materiais cirúrgicos e acessórios utilizados em procedimentos voltados à proteção dos animais, incluindo atendimentos clínicos e de emergência, e demais intervenções voltadas a cães e gatos em situação de vulnerabilidade no município.

1.4 Essa necessidade surge como resposta a uma demanda real e crescente relacionada ao descontrole populacional de animais domésticos, especialmente os que se encontram em situação de rua, sem domiciliados ou pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social. Esses animais, por estarem fora de um ambiente seguro e sem assistência regular, são frequentemente expostos a riscos de maus-tratos, doenças, fome, sede e acidentes, além de contribuírem para a disseminação de zoonoses e outros agravos à saúde coletiva.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

1.5 Considerando que a presença descontrolada de animais errantes compreendidos como cães e gatos domesticados, mas sem tutor definido, vivendo livremente em áreas urbanas configura uma questão complexa e crítica de saúde pública, exigindo ações contínuas e estruturadas por parte da Administração Pública. A difusão da guarda responsável, aliada a ações concretas de controle populacional e atendimento veterinário certos casos de emergência, é essencial para prevenir os impactos sociais, sanitários e ambientais decorrentes da superpopulação de animais em situação de vulnerabilidade.

1.6 A castração cirúrgica continua sendo reconhecida como a ferramenta mais eficaz, ética e humanitária para o controle reprodutivo desses animais, reduzindo ninhadas indesejadas, comportamentos agressivos e contribuindo para a diminuição do abandono. Contudo, além da castração, é imprescindível garantir suporte para atendimentos emergenciais, como cirurgias reparadoras, tratamentos clínicos de urgência e intervenções em casos de zoonoses, atropelamentos, fraturas, infecções ou complicações no pós-operatório.

1.7 Além de tratar-se de uma medida de proteção animal, também assume um papel estratégico na prevenção e controle de zoonoses como raiva, leptospirose, leishmaniose, sarna e dermatofitoses. Essas doenças, muitas vezes silenciosas, podem ser transmitidas de animais para seres humanos e vice-versa, o que reforça o caráter sanitário impactando diretamente a saúde pública.

1.8 Segundo dados do Instituto Pet Brasil (janeiro/2025), cerca de 4,8 milhões de cães e gatos vivem em situação de vulnerabilidade no país, dos quais aproximadamente 201 mil estão sob tutela de ONGs e protetores independentes. Estes dados evidenciam a urgência de políticas públicas efetivas, sobretudo em localidades carentes, onde a posse responsável enfrenta barreiras econômicas, educativas e culturais.

1.9 A ausência de controle e assistência veterinária adequada resulta em consequências secundárias como: proliferação de animais em situação de rua, aumento de acidentes urbanos, superlotação de abrigos e clínicas veterinárias, disseminação de doenças, sobrecarga dos serviços públicos e degradação ambiental.

1.10 Para viabilizar as ações de saúde e proteção animal de forma segura e eficaz, é fundamental assegurar condições que garantam a qualidade dos atendimentos prestados. Isso envolve disponibilizar meios adequados para a realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos, programados ou emergenciais, de maneira a promover o bem-estar dos animais, reduzir riscos durante os tratamentos e assegurar o cumprimento das normas sanitárias e técnicas aplicáveis.

1.11 Portanto, para prevenir o crescimento desordenado da população de cães e gatos, bem como ao oferecer atendimento veterinário emergencial, a ação reduz o ciclo de sofrimento animal, os riscos à saúde coletiva e os custos indiretos com emergências, denúncias, recolhimentos e tratamentos prolongados.

1.12 Em síntese, constitui uma ferramenta de execução de uma política pública estruturada, orientada pelos princípios da eficiência, economicidade, interesse público, prevenção de riscos e promoção da dignidade da vida. A medida fortalece o papel da Administração Municipal como agente indutor do desenvolvimento sustentável e socialmente responsável.

1.13 A Secretaria Municipal de Segurança Pública, visando a manutenção da saúde, bem-estar e prevenção de doenças nos cães alojados no canil, revelam-se itens de uso obrigatório ou preventivo, seguindo protocolos veterinários reconhecidos, com o intuito de evitar parasitoses, zoonoses, infecções e surtos que possam comprometer a saúde animal e humana. O mesmo possui atualmente



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

7 cães com função de guarda, proteção e faro, mediante à isso faz-se necessário a aquisição de medicação para a manutenção de saúde desses animais.

1.14 Enviado pela Secretaria Municipal de Saúde, a presente demanda foi justificada pela necessidade de assegurar condições adequadas de trabalho e proteção individual aos profissionais, garantindo a execução segura e eficiente das atividades de inspeção, monitoramento e controle ambiental.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os medicamentos, materiais cirúrgicos e insumos para de uso veterinário de cães e gatos serão utilizados de forma contínua, conforme planejamento de campanhas regulares e ações emergenciais tanto para castração, como para atendimento em casos de emergência. O consumo foi estimado com base no número de procedimentos cirúrgicos e atendimentos realizados em anos anteriores e na projeção de atendimentos futuros, considerando a ampliação das áreas atendidas e a demanda crescente registrada pelos canais de denúncia e pelas solicitações oriundas de comunidades, protetores independentes e organizações não governamentais.

3.2. As quantidades estimadas encontram-se detalhadas no **Estudo Técnico Preliminar** e nos anexos correspondentes, que apresentam os dados de consumo e os parâmetros técnicos fornecidos pela equipe veterinária responsável pela execução das ações, além da Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento, irão participar também a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Segurança Pública, tendo fins comuns.

3.3. Os serviços pretendidos para empresa especializada em fornecimento de medicamentos e insumos para atendimento de cães e gatos, incluem atividades típicas, tais como: entrega dos materiais solicitados, descarregamento dos itens, dentre outras, sendo primordial seguir as regulamentações ambientais e de saúde para garantir a segurança dos trabalhadores e a conformidade com as normas aplicáveis.

3.4. Refere-se às aquisições realizadas pela Administração Pública com o objetivo de manter em funcionamento as atividades voltadas à promoção do bem-estar animal, atendimento clínico veterinário, manejo populacional e suporte emergencial, atendendo a necessidades de caráter permanente, contínuo e de relevante interesse público ambiental e sanitário.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

4.1. Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

4.2. Requisitos de Negócio da Solução:

4.2.1. A solução a ser adotada deverá ser capaz de assegurar a qualidade no atendimento de animais, além do controle populacional de cães e gatos.

4.2.2. Portanto, deverá permitir o fornecimento adequados às etapas pré-operatória, transoperatória e pós-operatória dos procedimentos, contribuindo diretamente para a saúde dos animais e a prevenção de doenças zoonóticas. Possibilitando a manutenção das ações itinerantes, como as realizadas por meio de clínicas conveniadas e/ou unidades móveis, ampliando a capacidade de atendimento.

4.2.3. Deverá também ser capaz de atender à expansão planejada das políticas públicas de saúde animal no município, considerando o crescimento da população de animais em situação de rua e o aumento da demanda por castrações nos bairros mais carentes. A solução precisa estar alinhada ao compromisso da administração pública com a saúde, promovendo o equilíbrio entre a saúde animal, humana e ambiental, e fortalecendo a imagem do município como agente atuante na proteção e no bem-estar animal.

4.3. Requisitos Legais da Solução:

4.3.1. A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

4.3.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

4.3.1.2. Decreto Municipal nº 4.483/2025, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito interno desta municipalidade;

4.3.1.3. Decreto Municipal nº 4.484/2025, que traz regras de trâmite processual, no âmbito interno desta municipalidade;

4.3.1.4. Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

4.3.1.5. Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

4.3.1.6. Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.1.7. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.1.8. Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022 – Estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo regras sobre o descarte e a logística reversa de produtos de saúde com potencial contaminante;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

4.3.1.9. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;

4.3.1.10. Lei nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969. Dispõe sobre o exercício da Medicina Veterinária, incluindo as atribuições privativas de profissionais legalmente habilitados;

4.3.1.11. Normas técnicas e sanitárias do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) – especialmente quanto à obrigatoriedade de registro, autorização e rotulagem dos medicamentos e produtos de uso veterinário, conforme legislação vigente;

4.3.1.12. Normas da ANVISA, quando aplicáveis, no tocante ao acondicionamento, transporte, armazenamento e controle sanitário dos produtos, em especial para medicamentos de uso humano eventualmente utilizados sob prescrição veterinária autorizada.

4.4. Requisitos Gerais da Solução:

4.4.1. A solução a ser contratada deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos gerais, de modo a garantir o atendimento eficiente, seguro e contínuo das demandas da Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento:

4.4.1.1. Observar integralmente as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como as exigências estabelecidas no instrumento convocatório e demais normativos que regem as contratações públicas, em especial no tocante à aquisição de medicamentos e insumos veterinários.

4.4.1.2. Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações Federal, Estadual, Municipal e normatizações relacionadas vigentes;

4.4.1.3. Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;

4.4.1.4. Aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho.

4.4.1.5. Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;

4.4.1.6. Entregar os materiais constantes no Termo de Referência na forma e prazo estabelecidos, mediante apresentação das Notas Fiscais devidamente preenchidas.

4.4.1.7. Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

4.4.1.8. Entregar os materiais constantes no Termo de Referência na forma e prazo estabelecidos, mediante a apresentação nas Notas Fiscais devidamente preenchidas.

4.4.1.9. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros.

4.4.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos valores e quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.4.1.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

4.4.1.12. Os medicamentos e insumos veterinários fornecidos devem estar registrados e autorizados pelos órgãos competentes, como o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), conforme exigência legal para produtos de uso animal.

4.4.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

4.4.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4.1.15. Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante na entrega do objeto.

4.4.1.16. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

4.4.1.17. Permitir o acompanhamento da entrega por parte dos agentes da Administração.

4.4.1.18. Os medicamentos e insumos fornecidos deverão estar devidamente rotulados, com número de lote, data de fabricação e validade, nome do fabricante e demais informações obrigatórias;

4.4.1.19. O fornecimento deverá ser realizado em prazos compatíveis com a validade dos produtos, sendo vedado o envio de medicamentos com menos de 12 meses de validade, salvo em casos excepcionais justificados e autorizados pela Administração.

4.4.1.20. Acompanhados de nota fiscal contendo a descrição detalhada dos itens entregues, incluindo número de lote e validade;

4.4.1.21. Acondicionados de forma a garantir a estabilidade do produto, observando as instruções de temperatura, umidade e proteção contra luz, quando aplicável;

4.4.1.22. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de uso, assumindo a responsabilidade por toda a logística de entrega.

4.4.1.23. Garantir a qualidade dos produtos.

4.5. Sustentabilidade Ambiental:

4.5.1.1. A contratada deverá cumprir, no que couber, as orientações previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 11, inciso IV, que trata da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas, sempre que tecnicamente viável.

4.5.1.2. Serão incluídas como obrigação da contratada critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados no fornecimento de medicamentos, materiais cirúrgicos e acessórios destinados a cães e gatos, tais como: utilização de embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, acondicionamento seguro de materiais com potencial contaminante, e observância às normas da vigilância sanitária, ambiental e médica veterinária.

4.5.1.3. No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada de materiais inservíveis (como seringas, agulhas, frascos, gazes, descartáveis contaminados, entre outros), eventualmente utilizados ou substituídos na execução dos procedimentos cirúrgicos, a contratante deverá proceder ao descarte e à destinação ecologicamente correta, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022;

4.5.1.4. A destinação final dos resíduos gerados durante os procedimentos será de responsabilidade da contratante, devendo ser realizada de acordo com as normas técnicas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), em conformidade com as legislações Federal, Estadual e Municipal vigentes;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

4.5.1.5. A contratada deverá receber, quando aplicável, do órgão requisitante, embalagens e materiais sujeitos à logística reversa, para repasse aos respectivos fabricantes, importadores ou entidades gestoras responsáveis, a fim de garantir sua reutilização, reaproveitamento ou descarte sustentável, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010.

4.6. Subcontratação:

4.6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6.1.2. Considerando a natureza do objeto pretendido, consistente no Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos veterinários destinados ao atendimento clínico, cirúrgico, emergencial e profilático de cães e gatos em situação de vulnerabilidade, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos **do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021.**

4.6.1.3. A presente vedação decorre da necessidade de assegurar a rastreabilidade dos produtos, a manutenção da qualidade técnico-sanitária dos medicamentos e insumos fornecidos, a observância das exigências de armazenamento, transporte e controle de validade, bem como a responsabilização direta da contratada perante a Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e das normas aplicáveis à vigilância sanitária e ao atendimento veterinário.

4.6.1.4. Tal medida visa resguardar a segurança dos animais atendidos, a eficiência da execução contratual e o interesse público envolvido na prestação contínua e adequada dos serviços correlatos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O referido fornecimento e elaboração deste Termo tem amparo legal na Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O objeto constante deste Termo de Referência deverá ser entregue no local que será indicado na Ordem de Fornecimento, de segunda a sexta-feira, das 8h à 12h e 14h às 16h, obedecendo ao horário de expediente. Sendo prestados nos locais abaixo elencados de segunda à sexta-feira.

5.2.1 Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento:

<u>LOCAIS</u>	<u>ENDEREÇOS</u>
Sede da Secretaria de Ambiente e Saneamento	Rua Dallas, nº 131, esquina com Rua Walter Teixeira dos Santos – Bairro Macedônia – Arraial do Cabo.

5.2.2 Secretaria Municipal de Segurança Pública:

<u>LOCAIS</u>	<u>ENDEREÇOS</u>
---------------	------------------



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

Sede da Secretaria de Segurança Pública	Avenida General Bruno Martins, sem número, RJ 140 – Villa Industrial – Arraial do Cabo.
--	--

5.2.3 Secretaria Municipal de Saúde:

<u>LOCAIS</u>	<u>ENDEREÇOS</u>
Sede da Secretaria de Saúde	Rua Washington Luís, nº 62 – Centro – Arraial do Cabo.

5.2.4 A aquisição será formalizada sobre a Ata de Registro de Preços respectiva, adquirindo-se os quantitativos necessários de acordo com as necessidades verificadas pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo no decorrer da vigência da Ata, que será de 12 (doze) meses à contar da data assinatura da Ata, podendo ser prorrogado por igual período, não se tratando de fornecimento contínuo.

5.3 Os itens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias úteis a contar da emissão da Ordem de Fornecimento. Deverão ser acompanhados da documentação fiscal, juntamente com a cópia da Ordem de Fornecimento, devendo haver agendamento prévio junto à CONTRATANTE, por e-mail.

5.4 Os materiais deverão estar em conformidade com as normas da Anvisa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, devidamente acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento seguro, contendo claramente a descrição do produto, marca, modelo, data de fabricação e validade, bem como o número do lote na embalagem, apresentando perfeitas condições de uso.

5.5 A CONTRATADA deverá entregar os bens de acordo com o ofertado em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste instrumento.

5.6 Em caso de cumprimento de ordem judicial ou eventuais imprevistos o prazo para entrega poderá ser reduzido, observada a necessidade da Contratante.

5.7 A Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

5.8 O fornecimento não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.9 A CONTRATADA deverá possuir equipe para o executar o descarregamento dos produtos no local indicado pela CONTRATANTE.

5.10 A CONTRATADA deverá realizar o fornecimento, em consonância com as condições estipuladas neste Termo, conforme a seguir:

5.11 A CONTRATADA deverá dispor durante o período de fornecimento dos itens, de equipe especializada e qualificada para execução de cada etapa do fornecimento.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

5.12 A CONTRATADA deverá atender a toda e qualquer solicitação da FISCALIZAÇÃO afim de maiores esclarecimentos que se mostrem necessários;

5.13 A CONTRATADA deverá executar o fornecimento dos itens utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência;

5.14 Os serviços que não tenham sido autorizados formalmente serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário;

5.15 Os serviços deverão ser prestados utilizando de equipamentos que proporcionem maior eficácia, celeridade e segurança a contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As partes devem cumprir integralmente o contrato, conforme as cláusulas acordadas e as disposições da Lei nº 14.133/21, sendo responsáveis por quaisquer consequências decorrentes de sua não execução total ou parcial.

6.2. Se houver impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será automaticamente estendido pelo período correspondente, sendo devidamente registradas essas circunstâncias.

6.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O objeto fornecido será fiscalizado por servidores designados pela CONTRATANTE, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

6.5. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto do contrato, em especial quanto ao fornecimento correto e dentro das normas sanitárias dos medicamentos, materiais cirúrgicos e insumos para esses atendimentos.

6.6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.6.1. Das obrigações do CONTRATANTE:

6.6.2. A contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21.

6.6.3. Fiscalizar a execução da contratação, o que não fará cessar ou dirimir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

6.6.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

6.6.5. Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

6.6.6. Cumprir e exigir o cumprimento do disposto nas cláusulas do contrato podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

6.6.7. Poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico-financeira.

6.6.8. Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, bem como efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;

6.6.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.6.10. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.6.11. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.6.12. Disponibilizar de pessoal para o recebimento do objeto no horário acordado.

6.6.13. Reservar local apropriado para o recebimento do objeto deste Termo de Referência;

6.7. Das obrigações da CONTRATADA:

6.7.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Caderno de Informações Técnicas, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade.

6.7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), especialmente quanto à segurança e eficácia dos produtos fornecidos.

6.7.4. Observar estritamente as prescrições da Lei nº 13.709, de Agosto de 2018 – Lei Geral de Proteções de Dados Pessoais (LGPD).

6.7.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou viciado, quando aplicável.

6.7.6. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.7.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.7.9. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no Edital, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos solicitados.

6.7.10. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

6.7.11. Informar a contratante, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

6.7.12. Executar todos os serviços com mão de obra qualificada (incluindo fretes, entregas e afins), devendo a CONTRATADA cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, e com as diretrizes da Anvisa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no que couber ao fornecimento de medicamentos e insumos médico-veterinários, conforme artigo 40 da Lei 14.133/2021 que trata da necessidade de conformidade técnica com o objeto licitado.

6.7.13. Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;

6.7.14. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

6.7.15. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do objeto, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

6.7.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública;

6.7.17. Não permitir a utilização do trabalho do menor nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

6.7.18. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.7.19. Permitir o acompanhamento da entrega por parte dos agentes da administração;

6.7.20. Comunicar a fiscalização do Contrato acerca de qualquer fato impeditivo que prejudique a entrega.

6.8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.8.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.8.2. Advertência;

6.8.3. Multa;

6.8.4. Impedimento de licitar e contratar;

6.8.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.8.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.8.7. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.8.8. As peculiaridades do caso concreto;

6.8.9. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.8.10. Aos danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.8.11. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, desde que tal possibilidade já tenha sido objeto de regulamentação pelo Município de Arraial do Cabo;

6.8.12. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

6.8.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

6.8.14. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

6.8.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

6.8.16. Caberá recursos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida;

6.8.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.8.18. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, que pode ser cobrada no mesmo processo sancionatório.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1.1. Os bens deverão ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 15 (quinze) dias.

7.1.2. Cabe ao fiscal do contrato avaliar o caso concreto para fim de fixar prazo para as correções.

7.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo assinado pela contratante;

7.1.4. Na hipótese de verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

7.1.6. Serão recusados, total ou parcialmente, os produtos que apresentarem prazo de validade inferior ao estipulado, avarias, danos aparentes, embalagem violada, rotulagem incompleta, divergência de marca ou especificações, ausência de registros legais ou qualquer outra desconformidade com as condições pactuadas.

7.1.7. A contratada será responsável pela substituição imediata dos itens rejeitados, sem ônus para a Administração, e estará sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021. O fiscal



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

do contrato poderá fixar prazo específico para regularização, conforme a gravidade da não conformidade identificada.

7.2. DO PAGAMENTO:

7.2.1. A Contratante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja a regularização delas, ou em casos expostos no Art. 141 da Lei Federal 14.133/21, ressalvadas as hipóteses legais de exceção.

7.2.2. A Contratante, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, conforme previsto nos termos deste Termo de Referência.

7.2.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.2.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = encargos moratórios devidos; N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = valor da prestação em atraso.

7.2.5. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pela Contratada. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário previsto na referida Lei Complementar.

7.3. DO REAJUSTE:

7.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite tendo como marco inicial a data do orçamento estimado da contratação.

7.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

7.3.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

7.3.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.3.8. Reajuste será realizado mediante apostilamento nos termos legalmente previstos.

8. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO:

8.1.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, pelo **Sistema de Registro de Preços**, conforme previsto na Lei nº14.133/21. Sendo assim, **será realizado por menor preço por item**, pois o objeto é divisível, não havendo prejuízo técnico para o conjunto da solução e/ou perda da economia de escala visando propiciar a ampla participação de concorrentes.

8.1.2.3 FORMA DE FORNECIMENTO:

8.1.2.4 O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com o quantitativo solicitado.

8.2 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

8.2.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.2.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.2.5 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>.

8.2.6 Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.7 Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.2.8 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.9 Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.10 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

8.2.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações da consolidação respectiva.

8.2.12 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

8.2.13 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

8.2.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

8.2.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.16 Prova de regularidade fiscal perante a fazenda nacional, mediante apresentação e certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.17 Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.2.18 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.19 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.2.20 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova da inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

8.2.21 Para fins de comprovação da qualidade econômico-financeira, deverá o licitante apresentar, o(s) seguinte(s) documento(s):

8.2.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

8.2.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.2.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.25 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.2.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de uma pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

8.2.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

8.2.29 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado do item pertinente.

8.2.30 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.31 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.3 Para fins de qualificação técnica:

8.3.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.3.3 O licitante deverá atestar, por meio da declaração, o cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiências caso se encaixe nos quantitativos dispostos no art. 93 da Lei nº 8.213/91.

8.3.4 Outros documentos eventualmente necessários à qualificação técnica estão indicados ao longo do Edital e seus anexos.

8.3.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4 Será admitida a seguinte documentação:

- h) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Pública Estadual;
- i) Certidão Negativa de Tributos referentes à Dívida Ativa Estadual;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- k) Certidão Negativa de Inidoneidade do CEIS e CNEP;
- l) Declaração de que Não Contrata Menor de Idade, salvo na condição de aprendiz, conforme art. 7º, inciso XXXIII da CRFB;
- m) Declaração de Reserva de Cargos prevista na Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, na forma do artigo 116 da Lei Federal 14.133/2021;
- n) Certificado de Registro Cadastral no SICAF.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

9.1. A estimativa do valor da contratação

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/21;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Secretaria Municipal de Ambiente e Saneamento:

ÓRGÃO: 09 — Fundo Municipal de Meio Ambiente;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 — Fundo Municipal de Meio Ambiente;

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 — Fundo Municipal de Meio Ambiente;

PROJETO/ATIVIDADE: 18.542.0015.2.149 — Programa de Proteção Animal;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00.00.00 — Aplicações Diretas;

FONTE DE RECURSOS: 2.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

FICHA: 765.

10.2. Secretaria Municipal de Segurança Pública:

ÓRGÃO: 2 – Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 012 – Secretaria de Segurança Pública;

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – Secretaria Segurança Pública;

PROJETO/ATIVIDADE: 06.181.0011.2.002 – Manutenção da Guarda Civil Municipal;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas;

FONTE DE RECURSOS: 1501 – Recursos Ordinários;

FICHA: 138.

10.3. Secretaria Municipal de Saúde:



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ÓRGÃO: 05 – Fundo Municipal de Saúde;

SECRETARIA: 001 – Fundo Municipal de Saúde;

UNIDADE: 005 - Vigilância em Saúde;

FUNÇÃO: 10 - Saúde;

SUBFUNÇÃO: 305 – Vigilância Epidemiológica;

PROGRAMA: 0006 – Atenção à Saúde do Cidadão Cabista;

AÇÃO: 2038 – Manutenção da Vigilância Ambiental;

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo;

ÓRGÃO: 09 — Fundo Municipal de Meio Ambiente;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 — Fundo Municipal de Meio Ambiente;

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 — Fundo Municipal de Meio Ambiente;

PROJETO/ATIVIDADE: 18.542.0015.2.149 — Programa de Proteção Animal;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00.00.00 — Aplicações Diretas;

FONTE DE RECURSOS: 2.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

FICHA: 765.

10.4. Secretaria Municipal de Segurança Pública:

ÓRGÃO: 2 – Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 012 – Secretaria de Segurança Pública;

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – Secretaria Segurança Pública;

PROJETO/ATIVIDADE: 06.181.0011.2.002 – Manutenção da Guarda Civil Municipal;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas;

FONTE DE RECURSOS: 1501 – Recursos Ordinários;

FICHA: 138.

10.5. Secretaria Municipal de Saúde:

ÓRGÃO: 05 – Fundo Municipal de Saúde;

SECRETARIA: 001 – Fundo Municipal de Saúde;

UNIDADE: 005 - Vigilância em Saúde;

FUNÇÃO: 10 - Saúde;

SUBFUNÇÃO: 305 – Vigilância Epidemiológica;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

PROGRAMA: 0006 – Atenção à Saúde do Cidadão Cabista;

AÇÃO: 2038 – Manutenção da Vigilância Ambiental;

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo;

FONTE DE RECURSOS: 1704 – Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 1635 – Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde; 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos; 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Arraial do Cabo, 29 de setembro de 2025.

Elaborado por:

MARSELLE BARRETO FERREIRINHA
Assessor Administrativo
Mat. 56.960

MARYELZA DE
MENDONÇA LOPES
Supervisor da Causa Animal
Mat. 59.336

Aprovado por:

PEDRO HENRIQUE DE MELLO CORRÊA
Secretário do Ambiente e Saneamento
Mat. 66.981

MAGDA FRAGA MARTINS
Secretária Municipal de Segurança Pública
Mat. 64.372

JORGE LUIZ DINIZ MOURA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 58.051

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ANEXO II –

PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DA PESQUISA DE PREÇOS

I T E M	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	250	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML - SOL INJ VD TRANS X 5 ML	R\$ 4,48	R\$ 1.120,00
02	25200	AMPOLA	EPINEFRINA 1 MG/ML - SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	R\$ 2,33	R\$ 58.716,00
03	126	UNIDADE	AFASTADOR FARABEU 10 X 120MM	R\$ 44,24	R\$ 5.574,24
04	128	FRASCO	ÁGUA OXIGENADA 10 VL - 1 L	R\$ 16,90	R\$ 2.163,20
05	1300	AMPOLA	ÁGUA PARA INJEÇÃO - SOL INJ AMP PLAS TRASN X 10 ML	R\$ 0,59	R\$ 767,00
06	154	FRASCO	ÁLCOOL 70% - FRASCO 1L	R\$ 21,00	R\$ 3.234,00
07	156	UNIDADE	ALGODÃO ORTOPEDICO - 12 CM X 1,8 M	R\$ 3,97	R\$ 619,32
08	7850	COMPRIMID O	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 250 MG - USO VET.	R\$ 5,50	R\$ 43.175,00
09	7560	COMPRIMID O	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 50 MG - USO VET.	R\$ 5,50	R\$ 41.580,00
10	303	PACOTE	ATADURA DE CREPOM 10 CM X 1,8M C/12	R\$ R\$ 37,47	R\$ 11.353,41
11	303	PACOTE	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,8M C/12	R\$ 61,47	R\$ 18.625,41
12	600	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ML - SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	R\$ 1,53	R\$ 918,00
13	630	UNIDADE	AVENTAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL - USO HOSPITALAR, MANGA LONGA, TNT 40G/M²	R\$ 16,06	R\$ 10.117,80
14	6	UNIDADE	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE SIMPLES 500 ML	R\$ 67,15	R\$ 402,90
15	2	PACOTE	BORRACHAS IDENTIFICAÇÃO INSTRUMENTOS - MARCADOR INSTRUMENTAL SILICONE C/ 100	R\$ 42,60	R\$ 85,80

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

			UNIDADES		
16	1	UNIDADE	CAMBÃO DE AÇO RETRÁTIL VETERINÁRIO - CÃES E GATOS	R\$ 136,60	R\$ 136,60
17	11	UNIDADE	CABO PARA BISTURI Nº 4	R\$ 40,18	R\$ 441,98
18	126	UNIDADE/ SACHÊ	ADSORVENTE DE TOXINAS E VENENOS PRESENTES NO TRATO GASTRINTESTINAL - 8G	R\$ 18,15	R\$ 2.286,90
19	1313	UNIDADE	CATÉTER ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 22 EM POLIURETANO, AGULHA DE AÇO GRAU CIRÚGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA – USO ÚNICO E ESTERILIZADO	R\$ 16,01	R\$ 21.021,13
20	1313	UNIDADE	CATETER ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 24 EM POLIURETANO, AGULHA DE AÇO GRAU CIRÚGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA - USO ÚNICO E ESTERILIZADO	R\$ 14,23	R\$ 18.683,99
21	65	FRASCO	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2% - SOLUÇÃO 1 L	R\$ 35,06	R\$ 2.278,90
22	127	FRASCO/ AMPOLA	CLORIDRATO DE CETAMINA 10% - SOL. INJETÁVEL 50 ML - USO VET.	R\$ 136,88	R\$ 17.383,76
23	150	AMPOLA	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML - SOL INJ VD AMB X 2 ML	R\$ 2,84	R\$ 426,00
24	630	AMPOLA	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML - SOL INJ AMP VD TRANS 2,0 ML - I.V /I.M	R\$ 1,35	R\$ 850,50
25	127	FRASCO/ AMPOLA	CLORIDRATO DE XILAZINA 2% - SOL. INJETÁVEL - 50 ML – USO VET.	R\$ 94,60	R\$ 12.014,20
26	65	UNIDADE / BISNAGA	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G – POMADA 30G	R\$ 43,44	R\$ 2.823,60
27	126	PACOTE	COMPRESSA CIRÚRGICA NÃO ESTÉRIL C/ CAMPO OPERATORIO 23CM X 25 CM - 8G C/50 UNIDADES	R\$ 52,90	R\$ 6.665,40
28	127	PACOTE	COMPRESSA GAZE 7,5 CM X 7,5 CM- 9 FIOS C/500 UNIDADES	R\$ 35,98	R\$ 4.569,46

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

29	285	UNIDADE	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE CONTAMINADO - 7L	R\$ 22,85	R\$ 6.512,25
30	52	FRASCO/AM POLA	DEXAMETASONA 2 MG/ML - SOL. INJETÁVEL 50 ML – USO VET.	R\$ 17,85	R\$ 928,20
31	1250	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML - SOL INJ IV/IM AMP VD AMB X 2 ML	R\$ 0,75	R\$ 937,50
32	1500	AMPOLA	DIPIRONA 500 MG/ML - SOL INJ IV/IM AMP VD AMB X 2 ML	R\$ 0,74	R\$ 1.110,00
33	10130	COMPRIMID O	DIPIRONA SÓDICA 1000 MG	R\$ 1,57	R\$ 15.904,10
34	10080	COMPRIMID O	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	R\$ 0,81	R\$ 8.164,80
35	32052	COMPRIMID O	DOXICICLINA 200 MG - USO VETERINÁRIO	R\$2,34	R\$ 75.001,68
36	37044	COMPRIMID O	DOXICICLINA 50 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 1,44	R\$ 53.343,36
37	16	COMPRIMID O	FEBANTEL 525 MG + PRAZIQUANTEL 125 MG + PAMOATO DE PIRANTEL 504 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 41,52	R\$ 664,32
38	25	FRASCO/AM POLA	ENROFLOXACINA 10% - SOL. INJETÁVEL 50 ML - USO VET.	R\$ 15,63	R\$ 390,75
39	26460	COMPRIMID O	ENROFLOXACINA 150 MG - USO VET.	R\$ 1,62	R\$ 42.865,20
40	26460	COMPRIMID O	ENROFLOXACINA 50 MG - USO VET.	R\$ 0,81	R\$ 21.432,60
41	126	UNIDADE	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE	R\$ 21,05	R\$ 2.652,30
42	315	CAIXA	FIO NYLON MONOFILAMENTAR “0 “DE DIÂMETRO E 45CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA SC-20 30MM, 3/8 CÍRCULO TRIÂNGULAR - CAIXA C/24	R\$ 193,83	R\$ 61.056,45
43	315	CAIXA	FIO NYLON PRETO MONOFILAMENTAR “2-0” DE DIÂMETRO E 45 CM	R\$ 146,01	R\$ 45.993,15

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

			DE COMPRIMENTO, COM AGULHA SC-30 30MM, 3/8 CÍRCULO TRIÂNGULAR - CAIXA C/24		
44	63	CAIXA	FIO POLIGLACTINA TRANCADA 910 COM TRICLOSAN ANTIBACTERIAL “1-0” DE DIÂMETRO E 70 CM DE COMPRIMENTO- CAIXA C/24	R\$ 217,56	R\$ 13.706,28
45	63	CAIXA	FIO POLIGLACTINA TRANCADA 910 COM TRICLOSAN ANTIBACTERIAL “2-0” DE DIÂMETRO E 70 CM DE COMPRIMENTO - CAIXA C/36	R\$ 460,45	R\$ 29.008,35
46	50	ROLO	FITA PARA AUTOCLAVE - 19 MM X 30 M	R\$ 16,75	R\$ 837,50
47	1	UNIDADE	FOCO CIRÚRGICO DE TETO VETERINÁRIO COM 12 LEDS – BICOLOR OU SIMILAR	R\$ 3.607,71	R\$ 3.607,71
48	11	UNIDADE	GANCHO PARA CASTRAÇÃO - COM ESFERA TAMANHO P	R\$ 67,64	R\$ 744,04
49	11	UNIDADE	GANCHO PARA CASTRAÇÃO - COM ESFERA TAMANHO M	R\$ 112,61	R\$ 1.238,71
50	27	FRASCO/ AMPOLA	IOIMBINA, CLORIDRATO 1% - SOL. INJETAVEL 50ML - USO VET.	R\$ 125,84	R\$ 3.397,68
51	253	CAIXA	LÂMINA DE BARBEAR DESCARTÁVEL - C/5 UNIDADES	R\$ 25,89	R\$ 6.550,17
52	16	UNIDADE	LÂMINA DE TOSA 40 - AÇO INOX - 0,25 MM	R\$ 286,87	R\$ 4.589,92
53	38	CAIXA	LÂMINA ESTERIL PARA BISTURI Nº 24 - CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA A RAIOS GAMA - CAIXA C/100	R\$ 120,39	R\$ 4.574,82
54	17	FRASCO	SOLUÇÃO PARA LIMPEZA DE OUVIDOS DE CÃES E GATOS - 100ML	R\$ 30,50	R\$ 518,50
55	3150	UNIDADE	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 - CONFECCIONADA EM LÁTEX	R\$ 11,79	R\$ 37.138,50
56	120	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO	R\$ 23,63	R\$ 2.835,60

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

			M - CAIXA C/100 UNIDADES		
57	3	UNIDADE	MÁQUINA DE TOSAR - 30 W BIVOLT	R\$ 1.374,96	R\$ 4.124,88
58	34	CAIXA	MÁSCARA DESCARTÁVEL - CAIXA C/100	R\$ 36,18	R\$ 1.230,12
59	72	FRASCO/ AMPOLA	MELOXICAM 0,2% - SOL. INJETÁVEL 20 ML - USO VET.	R\$ 85,28	R\$ 6.140,16
60	3150	COMPRIMID O	MELOXICAM 0,5 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 1,61	R\$ 5.071,50
61	3320	COMPRIMID O	MELOXICAM 2 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 2,37	R\$ 7.868,40
62	630	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML - SOL INJ IM/IV/RET AMP VD X 3 ML	R\$ 3,00	R\$ 1.890,00
63	88	CAIXA	MILBEMICINA OXIMA 12,5 MG + PRAZIQUANTEL 125 MG - CAIXA C/2	R\$ 95,89	R\$ 8.438,32
64	378	COMPRIMID O	NITENPIRAM 11,4 MG – USO VETERINÁRIO	R\$ 124,74	R\$ 47.151,72
65	378	COMPRIMID O	NITENPIRAM 57 MG – USO VETERINÁRIO	R\$ 11,00	R\$ 4.158,00
66	3	FRASCO	SOLUÇÃO OTOLÓGICA 14ML - GENTAMICINA, SULF. 300 MG + TIABENDAOL 4000 MG + BETAMETASONA, VALERATO 95 MG + CL. LIDOCAINA 2000 MG	R\$ 96,73	R\$ 290,19
67	202	FRASCO	PENTABIÓTICO 2.400.000 UI - USO VETERINÁRIO	R\$ 40,87	R\$ 8.255,74
68	11	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA FORMATO DENTE DE RATO 12 CM – AÇO INOX	R\$ 42,70	R\$ 469,70
69	11	UNIDADE	PINÇA HALSTED MOSQUITO CURVA - 12 CM	R\$ 68,28	R\$ 751,08
70	11	UNIDADE	PINÇA HALSTED MOSQUITO RETA - 12 CM	R\$ 68,53	R\$ 753,83
71	33	UNIDADE	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA - 16 CM	R\$ 77,51	R\$ 2.557,83
72	11	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR - 16	R\$ 109,50	R\$ 1.204,50

EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

			CM		
73	44	UNIDADE	PROBIÓTICO BISNAGA PARA CÃES E GATOS, 14G - USO VET.	R\$ 46,40	R\$ 2.041,60
74	25280	COMPRIMID O	PREDNISOLONA 20 MG	R\$ 1,30	R\$ 32.864,00
75	1260	COMPRIMID O	PREDNISOLONA 5MG	R\$ 0,73	R\$ 919,80
76	13	CAIXA	SAPATILHA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL - CAIXA C/100	R\$ 17,99	R\$ 233,87
77	13	ROLO	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO - 20 CM X 100 M	R\$ 290,25	R\$ 3.773,25
78	13	CAIXA	SACO DE LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 20 L - CAIXA C/100	R\$ 113,23	R\$ 1.471,99
79	13	CAIXA	SACO DE LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 50 L - CAIXA C/100	R\$ 59,06	R\$ 767,78
80	5000	UNIDADE	SCALP 23G - DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA	R\$ 0,78	R\$3.900,00
81	6400	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL GRADUADA 3 ML COM AGULHA - 25 MM X 0,7 MM - COM ROSCA	R\$ 0,32	R\$ 2.048,00
82	2600	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL GRADUADA 5 ML COM AGULHA - 25 MM X 0,7 MM - COM ROSCA	R\$ 0,33	R\$ 858,00
83	2500	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML - LUER LOCK, CAPACIDADE DE 1ML	R\$ 0,58	R\$ 1.450,00
84	200	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML - LUER LOCK, CAPACIDADE DE 20ML	R\$ 0,64	R\$ 128,00
85	88	COMPRIMID O	SAROLANER 80 MG - USO VETERINÁRIO	R\$ 99,68	R\$ 8.771,84
86	2525	BOLSA/ FRASCO	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 500 ML, SIST. FECHADO P/ INJETÁVEIS	R\$ 15,72	R\$ 39.693,00
87	11	UNIDADE	TESOURA CIRÚRGICA RETA FINA/ROMBA - 15 CM	R\$ 64,46	R\$ 709,06



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

88	11	UNIDADE	TESOURA CIRÚRGICA RETA ROMBA - 15 CM	R\$ 51,64	R\$ 566,06
89	630	UNIDADE	LENÇOL DESCARTÁVEL EM TNT - (NÃO TECIDO), COM ELÁSTICO, PARA USO EM MACA CLÍNICA, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 2,00 X 0,90M	R\$ 6,76	R\$ 4.258,80
90	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 10 MM (COM CUFF)	R\$ 20,62	R\$ 329,92
91	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0 MM (SEM CUFF)	R\$ 28,96	R\$ 463,36
92	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
93	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
94	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
95	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
96	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
97	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0 MM	R\$ 28,96	R\$ 463,36
98	16	UNIDADE	TUBO ENDOTRAQUEAL 9,0 MM (COM CUFF)	R\$ 51,25	R\$ 820,00
99	632	FRSCO	ÓXIDO DE ZINCO 1G + ÁCIDO CRESÍLICO 2G - 50G	R\$ 23,40	R\$ 14.788,80
100	7	UNIDADE	VACINA INATIVADA CONTRA RAIVA - ANTIRRÁBICA - USO VET.	R\$ 12,00	R\$ 84,00
101	7	UNIDADE	VACINA CONTRA TOSSE - EXTRATO ANTIGÊNICO INATIVADO DA BACTÉRIA BORDETELLA BRONCHISEPTICA - USO VET.	R\$ 97,16	R\$ 680,12
102	7	UNIDADE	VACINA V10 - VIRAL - USO VET.	R\$ 57,80	R\$ 404,60
103	378	FRASCO/ AMPOLA	VINCRISTINA - SULFATO 1MG/ML - SOL. INJ 1 ML	R\$ 181,20	R\$ 68.493,60
VALOR TOTAL: R\$ 1.027.394,52 (Um milhão, vinte e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos).					



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ANEXO I-A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

8. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
10. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Enviada junto da documentação com os valores finais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026.

PROCESSO:5866/2025

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone:(_____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total R\$ =					R\$	

O valor da proposta é de R\$ XXXX,XX (por extenso)

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2025.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ANEXO V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantid ade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de, para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

3.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

3.3 A Administração poderá realizar licitação ou contratação direta para a aquisição de mesmo objeto da presente Ata, desde que devidamente motivada, observado o disposto no art. 26, parágrafo único, do Decreto nº 48.843/2023.

3.4 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Compras do município.

CLÁUSULA QUARTA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)), na forma do Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

4.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

4.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é (indicar o órgão ou entidade).

4.2.1 São atribuições do gerenciador:

a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no Portal de Compras do município do Rio de Janeiro;

c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;

d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;

e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;

f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata e pelo Decreto nº 48.843/2023, observada a ordem de classificação;

g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e

h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do disposto no Decreto nº 48.817, de 24 de novembro de 2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

4.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta (**verificar quem são os participantes e listar**) .

4.3.1 São atribuições dos participantes:

a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador, as atividades previstas nos incisos VIII, IX e XI do caput do art. 6º do Decreto nº 48.843/2023;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA: DA ADESÃO A ATA

5.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

5.7 Dos limites para as adesões

5.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

CLÁUSULA SEXTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

6.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade dos municípios, que não tenham participado do certame.

6.2 Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, resguardadas as disposições de cada ente.

6.4 Após a autorização do gerenciador, o não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

6.4.1 O prazo acima poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa e autorização pelo gerenciador, e requerimento do não-participante, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5 São atribuições dos não-participantes:

a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;

b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;

d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e

e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO REGISTRADO

7.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

7.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

7.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 7.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

7.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 32 do Decreto nº 48.843/2023 e da cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

7.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto nº 48.843/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

7.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.

7.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 7.3.5 e 7.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados, reequilibrados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

CLÁUSULA OITAVA: VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

8.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os seguintes requisitos:

8.2.1 renovação dos quantitativos inicialmente registrados;

8.2.2 deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação;

8.3 Deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.3.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.3.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.3.1.2 Mantiverem sua proposta original.

8.3.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

8.3.3 O registro a que se refere o item 8.3.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.3.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

8.3.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

8.3.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA: REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

9.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CIÁUSULA DÉCIMA: CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

11.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de instrumento contratual (Anexo IX do Edital – Minuta de Contrato) <OU> emissão de nota de empenho de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

12.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

12.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

12.4 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1 Fica eleito o Foro de Arraial do Cabo para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado

Anexos:

Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços

Anexo II – Cadastro de Reserva

Anexo III – Relação de órgãos/entidades participantes

Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____ / ____

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR:

<u>ITEM</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE E TOTAL REGISTRAD A</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA (ex.: m², item, litros, kg, pacote etc.)</u>	<u>PREÇO UNITÁRIO</u>

Anexo II – Cadastro de Reserva

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____ /202....

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

FORNECEDOR nº1 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato
por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR nº2 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato
por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR nº3 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato
por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR	ITEM

Anexo III – Relação de órgãos/entidades participantes

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x,
QUE FAZEM ENTRE SI O
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXX.

*O XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Dispensa Eletrônica Eletrônico nº xxx/202x*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Global
1			

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **XXX (meses ou ano(s))**, contados do(a) **XXX**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- demonstração formal, no processo, de que a forma do fornecimento tem natureza continuada;
- juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido realizado regularmente;
- juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;
- manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- comprovação de que o CONTRATADO mantém as condições de habilitação; e
- informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Considerando a natureza do objeto pretendido, consistente no Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos veterinários destinados ao atendimento clínico, cirúrgico, emergencial e profilático de cães e gatos em situação de vulnerabilidade, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos **do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021.**

4.2.1.1 A presente vedação decorre da necessidade de assegurar a rastreabilidade dos produtos, a manutenção da qualidade técnico-sanitária dos medicamentos e insumos fornecidos, a observância das exigências de armazenamento, transporte e controle de validade, bem como a responsabilização direta da contratada perante a Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e das normas aplicáveis à vigilância sanitária e ao atendimento veterinário.

4.2.1.2 Tal medida visa resguardar a segurança dos animais atendidos, a eficiência da execução contratual e o interesse público envolvido na prestação contínua e adequada dos serviços correlatos.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será feito mediante a apresentação de Nota Fiscal de

6.2 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea b, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação

6.4.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.4.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.4.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.4.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

6.5 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura.

6.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

6.9 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados.

6.10. A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano da data do orçamento estimado, mediante solicitação do CONTRATADO, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

7.7 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 A contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21.

8.1.2 Fiscalizar a execução da contratação, o que não fará cessar ou dirimir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

8.1.3 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

8.1.4 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

8.1.5 Cumprir e exigir o cumprimento do disposto nas cláusulas do contrato podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais.

8.1.6 Poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico- financeira.

8.1.7 Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, bem como efetuar o pagamento nas



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

condições e preço pactuados;

8.1.8 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

8.1.10 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.11 Disponibilizar de pessoal para o recebimento do objeto no horário acordado.

8.1.12 Reservar local apropriado para o recebimento do objeto do Termo de Referência;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Caderno de Informações Técnicas, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), especialmente quanto à segurança e eficácia dos produtos fornecidos.

9.3.1 Observar estritamente as prescrições da Lei nº 13.709, de Agosto de 2018 – Lei Geral de Proteções de Dados Pessoais (LGPD).

9.3.2 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou viciado, quando aplicável.

9.3.3 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.3.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.5 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no Edital, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos solicitados.

9.3.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

9.3.7 Informar a contratante, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

9.3.8 Executar todos os serviços com mão de obra qualificada (incluindo fretes, entregas e afins), devendo a CONTRATADA cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, e com as diretrizes da



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

Anvisa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no que couber ao fornecimento de medicamentos e insumos médico-veterinários, conforme artigo 40 da Lei 14.133/2021 que trata da necessidade de conformidade técnica com o objeto licitado.

9.3.9 Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;

9.3.10 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

9.3.11 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do objeto, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

9.3.12 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública;

9.3.13 Não permitir a utilização do trabalho do menor nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

9.3.14 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3.15 Permitir o acompanhamento da entrega por parte dos agentes da administração;

9.3.16 Comunicar a fiscalização do Contrato acerca de qualquer fato impeditivo que prejudique a entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2 Advertência;

11.2.1 Multa;

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar;

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.2.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.2.5 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.2.6 As peculiaridades do caso concreto;

11.2.7 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.2.8 Aos danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.2.9 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, desde que tal possibilidade já tenha sido objeto de regulamentação pelo Município de Arraial do Cabo;

11.2.10 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

11.2.11 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

11.2.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.2.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

11.2.14 Caberá recursos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida;

11.2.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.2.16 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, que pode ser cobrada no mesmo processo sancionatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.6.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

14.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



EDITAL PREGÃO Nº 015/2026

PROCESSO Nº: 5866/2025

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca Judiciária de Arraial do Cabo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-